



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM POLÍTICAS  
PÚBLICAS EDUCACIONAIS

LUIS CARLOS DE OLIVIERA SILVA

Educação Étnico Racial na Escola Municipal Educador Paulo Freire  
- Dona Inês/PB

GUARABIRA/PB  
2021

LUIS CARLOS DE OLIVIERA SILVA<sup>1</sup>

Educação Étnico Racial na Escola Municipal Educador Paulo  
Freire<sup>2</sup> - Dona Inês/PB

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à coordenação do Curso  
de Especialização em Educação em  
Políticas Públicas Educacionais  
como requisito parcial para fins de  
conclusão do referido Curso de Pós-  
graduação.

Orientador/a: Cícero Pedroza da Silva<sup>3</sup>

Guarabira/PB  
2020

---

<sup>1</sup> Aluno do curso de especialização em Educação e Políticas Públicas (UEPB-Guarabira);  
E-mail para contato: luladedonaines@hotmail.com

<sup>2</sup> A escola está localizada no Município de Dona Inês/PB, na Comunidade Quilombola Cruz da Menina.

<sup>3</sup> E-mail para contato: ciceropedroza@gmail.com

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Luis Carlos Oliveira.  
Educação étnico racial na Escola Municipal Educador Paulo Freire - Dona Inês/PB [manuscrito] / Luis Carlos Oliveira Silva. - 2021.  
27 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação e Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2021.

"Orientação : Prof. Me. Cícero Pedroza da Silva, Departamento de Educação - CH."

1. Lei 10. 2. 639/03. 3. Lei 10639/03. 4. Afro-brasileira. 5. Resistência. 6. Práticas pedagógicas. I. Título

21. ed. CDD 371.12

LUIS CARLOS OLIVEIRA SILVA

EDUCAÇÃO ÉTICO-RACIAL NA ESCOLA EDUCADOR PAULO FREIRE, EM  
DONA INÊS - PB

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à coordenação do Curso  
de Especialização em Educação em  
Políticas Públicas Educacionais  
como requisito parcial para fins de  
conclusão do referido Curso de Pós-  
graduação.

Orientador: Prof. Cícero Pedroza da  
Silva

Aprovada em: 26/05/2021.

BANCA EXAMINADORA

*Cícero Pedroza da Silva*

Prof. Ms. Cícero Pedroza da Silva (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Livia Maria Serafim Duarte*

Profª. Ma. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Francisco das Chagas Galvão de Lima*

Prof. Dr. Francisco Das Chagas Galvão De Lima  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Viviane dos Santos Dantas*

Profª. Ma. Viviane dos Santos Dantas  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Dedico este trabalho a minha amada família, em especial a minha mãe Maria de Lourdes, e minha esposa Camila, que com sua simplicidade, palavras de força e carinho me motivou a realizar meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela sabedoria, força e coragem para enfrentar os desafios impostos por uma sociedade hierarquizada, racista e desigual;

Agradeço a minha esposa Camila pela dedicação e entendimento, pois além do companheirismo, forneceu todo o tempo e auxílio para a produção e término do trabalho

Agradeço a minha família, principalmente aos meus pais pelos ensinamentos e pela educação familiar que tornaram-me uma pessoa de caráter, sem eles não teria chegado até este momento tão significativo.

Agradeço aos amigos, colegas e professores/as da graduação de História e da Especialização em Educação e Políticas Públicas da UEPB – Guarabira.

Agradeço ao Professor Cícero, que além de orientador, com os ensinamentos da pesquisa e da construção do trabalho, é um amigo que soube entender as dificuldades e desafios que vieram com a pandemia.

Agradeço a todos e todas que fazem parte deste momento tão sublime na vida de um estudante.

## RESUMO

Este trabalho intitulado Educação Étnico Racial na Escola Municipal Educador Paulo Freire - Dona Inês/PB aborda as ações da referida escola com relação as práticas de inserção da história e cultura afro-brasileira e africana, que são obrigadoriedades da Lei Nº 10.639/03. Para tanto utilizamos trabalhos que abordam temas da própria comunidade, como a questão da luta pelo reconhecimento Marques (2017), e pela demarcação Felipe Filha, Marques (2018), visto que é necessário sabermos e mostrarmos as lutas e conquistas da Comunidade Quilombola Cruz da Menina. Assim, discutimos alguns pontos no que diz respeito a questões relacionadas a comunidade, como o reconhecimento da mesma como remanescente de quilombo e também a construção da escola. Foram feitas entrevistas e aplicado um questionário, nos quais conseguimos extrair informações para a construção do trabalho. Porém, vale destacar, que o trabalho de campo ficou limitado visto a Pandemia da COVID. Nesta construção, além das referências já salientadas e da pesquisa de campo, analisamos também o Projeto Político Pedagógico da Escola com o intuito de identificar práticas e trabalhos com relação a história e cultura afro-brasileira e africana. Com isso, podemos destacar, que existe um fazer que é alinhado aos objetivos da Lei Nº 10.639/03.

**Palavras Chaves:** Lei Nº 10. 639/03; afro-brasileira; resistência; práticas pedagógicas;

## ABSTRACT

This work entitled Racial Ethnic Education at Escola Municipal Educador Paulo Freire - Dona Inês / PB addresses the actions of that school with respect to the insertion practices of Afro-Brazilian and African history and culture, which are mandatory under Law 10.639 / 03. For this purpose, we use works that address themes of the community itself, such as the issue of the struggle for recognition Marques (2017), and for the demarcation Felipe Filha, Marques (2018), since it is necessary to know and show the struggles and achievements of the Quilombola Cruz da Girl. Thus, we discussed some points with respect to issues related to the community, such as the recognition of the community as a quilombo remnant and also the construction of the school. Interviews were conducted and a questionnaire was applied, in which we were able to extract information for the construction of the work. However, it is worth noting that the fieldwork was limited due to the COVID Pandemic. In this construction, in addition to the references already mentioned and the field research, we also analyzed the Political Pedagogical Project of the School in order to identify practices and works in relation to Afro-Brazilian and African history and culture. With that, we can highlight that there is a way of doing things that is aligned with the objectives of Law 10.639 / 03.

**Key words:** Law 10. 639/03; afro-brazilian; resistance; pedagogical practices;



# Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>12</b>
<b>ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA COMUNIDADE CRUZ DA MENINA.....</b>	<b>14</b>
<b>ANALISE DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>17</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>27</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa identificar as ações dos remanescentes quilombolas de Dona Inês/PB enquanto processo de inserção da Lei Nº 10.639/03 nas práticas pedagógicas dos/as professores/as no ensino da cultura afro-brasileira e africana na Escola Municipal Educador Paulo Freire no quilombo Cruz da Menina.

Para tanto, é necessário discutirmos um pouco sobre a Lei Nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do País. Esta lei foi promulgada em 2003 e, é parte das políticas de ações afirmativas para as populações negras no Brasil por meio do Art. 26 A, e também por meio do Art. 79 B, que instituiu o dia 20 de novembro como dia nacional da consciência negra. Trata-se, portanto, de políticas públicas a ser aplicadas por todos.

A Leiº 10. 639/03 é fruto de lutas que remontam o período colonial, por meio da resistência aos castigos desumanos e pela sociedade escravocrata que foi estabelecida, tendo como os povos africanos e seus descendentes, um objeto necessário para a manutenção da mesma.

Assim, os/as negros/as resistiram e resistem ao modelo social racista que perdura até os dias atuais e, a Lei Nº 10.639/03 é uma das maneiras encontradas para democratizar a sociedade e de tornar as oportunidades iguais para todos/as, de maneira justa, priorizando a equidade.

Em vista disso, é necessário levarmos em conta que essas comunidades quilombolas vem perdendo sua identidade com sua história, com suas tradições e costumes, Devido à falta de investimentos e reconhecimento por parte do governo e da sociedade.

Destarte, é importante analisarmos também o fazer da escola no que tange as questões étnico raciais, visto que a escola é essencial na contribuição do fortalecimento da identidade dos/as alunos/as. Além do mais a escola é um espaço de diversidades, vivencias e conflitos.

Por isso, é importante, pesquisarmos a situação da escola desta comunidade, se há realmente uma prática com relação as questões étnico-raciais, até por que, se já é significativa a inserção em outras escolas, o que podemos dizer de escolas localizadas em comunidades quilombolas.

Desta maneira, o trabalho foi dividido da seguinte forma, primeiro os passos metodológicos da pesquisa, mostrando a forma como tudo foi realizado, as dificuldades que apareceram, visto estarmos vivenciando um período de pandemia. Em seguida analisamos alguns artigos que já foram produzidos e que discutem sobre a Comunidade Quilombola Cruz da menina.

Mais adiante, analisamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, juntamente com as falas dos entrevistados/as e o questionário, e se realmente existe um fazer e uma prática pedagógica com relação a história e cultura afro-brasileira na escola Educador Paulo Freire e, por último as considerações finais, com alguns resultados das análises propostas na pesquisa.

## **2. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A realização do presente trabalho, é fruto do curso de *Especialização em Educação e Políticas Públicas (UEPB-Guarabira)*; mais precisamente da disciplina de Metodologia, e antes de discutirmos os passos metodológicos, é necessário colocar que este trabalho busca identificar e analisar as ações dos remanescentes com relação a inserção da história e cultura afro-brasileira na Escola Educador Paulo freire na Comunidade Quilombola Cruz da Menina – Dona Inês/PB.

Quando falamos remanescente, incluo a participação da comunidade, da família e dos líderes da comunidade neste processo, que está diretamente ligado a essas práticas, visto que a história da comunidade se torna importante nesse processo, já que é uma história de luta, de resistência e de conquistas.

O trabalho consistiu, primeiramente, em mapear estudos, artigos e pesquisas, ou seja, fizemos um apanhado dos trabalhos, ou de grande parte dos que já foram produzidos, para sabermos até que ponto já foi discutido sobre a Comunidade Quilombola Cruz da Menina. Desta forma, “a pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como primeiro passo de toda pesquisa científica” Lakatos e Marconi (1992, p.44).

As pesquisas analisadas nos deram base para entendermos que a vida das pessoas dessa comunidade foi sempre de muita luta, é o que discute Marques (2017) quando aborda a relação que as pessoas do quilombo tinham

com a terra, e também De Almeida Victor (2016) quando discute a territorialidade quilombola e afirmação destas pessoas como quilombolas.

Desta forma, o mapeamento destes trabalhos nos levaram a ter um maior conhecimento sobre o nosso campo de estudo, que é identificar ações na Escola Educador Paulo Freire com relação a história e cultura afro-brasileira, e nos levou também a discutir até que ponto a história da comunidade está presente nas práticas e nos conteúdos aplicados pela escola.

Além dessas leituras, foi analisado o Projeto Político Pedagógico (PPP) do ano de 2020, sendo que tudo que é trabalhado nas escolas é guiado por este importante documento, o qual traz uma orientação das práticas educacionais que irão ser abordadas durante o ano letivo.

Além da parte teórica, nos dedicamos também a realizar entrevistas com dois líderes da comunidade, um que já foi líder da associação de moradores e a atual líder da associação, que faz um trabalho voltado a parcerias com várias entidades, governo Estadual e Municipal.

Desta forma, foi de suma importância a realização das entrevistas, pois levantamos questões como a participação da comunidade na escola, como por exemplo as dos/as líderes da comunidade e, assim, nos aproximamos da comunidade na qual a escola está inserida e, também, conseguimos trazer para a pesquisa muito das conquistas e dificuldades que a comunidade apresenta. Dessa maneira, as entrevistas se tornaram um importante instrumento de interação com a comunidade, assim como aborda Gil (2008, p. 28).

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Além da entrevista, aplicamos um questionário com a professora da escola, desde já salientamos que a Escola Municipal Educador Paulo Freire tem uma única docente, que por meio das redes sociais digitais conseguimos nos comunicar e realizar a aplicação do questionário. É interessante frisar que seria realizada uma entrevista com a professora. Contudo, em meio aos problemas relacionados a pandemia optamos pela aplicação do questionário.

É relevante também destacar que o trabalho de campo ficou um pouco limitado, visto que, as realizações de outras entrevistas estavam propostas no início da pesquisa, no entanto, estamos vivendo em um momento de pandemia, no qual os cuidados são redobrados e dessa forma não foi possível seguir a ideia inicial do trabalho.

Além disso, as visitas a escola para observar o seu cotidiano, a biblioteca e outros momentos da prática escolar ficou impedido, visto o fechamento da escola devido a pandemia da Covid – 19, que desde o ano letivo de 2020, e que vem se estendendo até o contexto atual.

Ainda assim, mesmo diante de tamanha dificuldade, conseguimos produzir uma análise que diz muito sobre as práticas pedagógicas com relação a história e cultura afro-brasileira na Escola Educador Paulo Freire, no entanto, é sabido que alguns pontos ainda precisam ser analisados, como por exemplo entrevistar os/as alunos/as e pais, e visitar a escola e o acervo da mesma, mas isso pode ser parte da construção de um novo trabalho futuramente, com menos dificuldades, no que tange a pesquisa de campo.

### **3. ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA COMUNIDADE CRUZ DA MENINA**

A Comunidade Quilombola Cruz da Menina, localizada no Município de Dona Inês – PB foi reconhecida como remanescente quilombola no ano de 2008 pela Fundação Cultural Palmares, porém, as lutas no que condiz a demarcação das terras ainda continuam sendo um processo árduo e demorado.

O processo de luta e de resistência da comunidade tem início desde o surgimento da mesma, que foi a partir do século XIX, quando algumas famílias começaram a povoar a comunidade. O nome Cruz da Menina

originou-se após a morte de uma menina chamada Dulce, que aos sete anos de idade vinha do sertão da Paraíba acompanhada dos pais, cuja mãe se chamava Olindrina, o pai não se sabe o nome e uma ajudante chamada Maria Caetano, no ano de 1877. (DONA INÊS, 2020, p. 8).

Por estarem passando por uma grande seca, os pais da menina, pediram auxílio, ao pedir água a um fazendeiro da região, que negou, porém, “os pais e a ajudante andaram mais um pouco e encontraram uma pequena vertente de água, a menina não resistiu e morreu ali mesmo” Dona Inês (2020, p. 8).

Ainda recorrendo ao fazendeiro o pai da menina pediu a mortalha e, a recebeu, porém, depois do sepultamento, já no dia seguinte, a mortalha com a criança foram parar na fazenda do homem que negou água Dona Inês (2020).

É desta história que, surge o nome Cruz da Menina, visto que foi colocada uma Cruz no local onde a mesma faleceu, deste dia em diante a comunidade que era chamada de Tapuio, também passou a se chamar Cruz da Menina, sendo reconhecida como remanescente de quilombo, apenas em 2008.

Através do artigo 1º da Lei nº. 7668 de 22 de agosto de 1988, a Comunidade Cruz da Menina foi reconhecida como Remanescente de Quilombo, em 26 de março de 2008, possibilitando a seus habitantes, que por várias décadas foram submetidos ao preconceito e esquecimento pelos políticos, e que assumam finalmente a sua condição de cidadãos. (DONA INÊS, 2020, p. 9).

Assim, podemos perceber que a história da comunidade Cruz da Menina é marcada por resistência desde a sua criação, a qual luta incessantemente contra o descaso e o abandono dos políticos locais, contra o preconceito e a marginalização, pela demarcação de suas terras e pelo reconhecimento enquanto pessoas remanescentes de quilombo.

Desta forma, a população que reside no Quilombo Cruz da Menina vive em meio a relações de poderes que ainda ditam o seu cotidiano. Podemos citar práticas de sobrevivência nestes locais, seja pelo trabalho na terra com a divisão da produção, seja com as práticas da pesca e da caça, porém não fazem mais estas atividades devido a problemas de conflito entre a comunidade e os fazendeiros, que proibiram qualquer prática em suas terras Marques (2017).

Segundo a mesma autora, que fez oficinas com algumas pessoas do Quilombo e, construíram mapas nestas oficinas representando a comunidade, apontaram que os mapas construídos mostram as dominações exercidas por fazendeiros que possuem terras no entorno do quilombo.

Portanto, as vivências dos quilombolas passaram por processos de dominação ligados a propriedade, sendo que as propriedades ainda exercem um papel de influência, já que ocupam todo o entorno da comunidade. Contudo, é nítido que

o traço de identidade territorial das famílias de Cruz da Menina, é moldado pela relação com a terra de trabalho e de herança. Eles mantêm uma memória espacial emoldurada por relações de internas do grupo, ao tempo em que a presença da condição de trabalho demonstra o esbulho histórico de terras sofrido por eles. (MARQUES, 2017, p. 17).

Assim, podemos perceber que a dominação anteriormente exercida pelo regime de propriedade, com relações de poderes sempre em favor do proprietário, se transformou em limitação da comunidade, uma vez que o entorno da comunidade é de grandes propriedades, sendo os quilombolas proibidos de trabalhar na terra, de ter acesso a caça, pesca e aos barreiros que existem nestas propriedades.

A mesma autora afirma que “Para os quilombolas, a cerca representa não apenas arames alinhavados em estacas, mas também, espaços cujos “regimes de propriedade” foram cerceados de direitos históricos de permanência ininterrupta no território” Marques (2017).

Desta forma, por não terem terras demarcadas para exercerem as práticas de sobrevivência e por não trabalharem mais nas terras dos fazendeiros que cercam o entorno da comunidade muitas pessoas, principalmente os homens saem em busca de oportunidades em outras cidades.

os homens se deslocam para trabalhar em outras localidades e como em sua maioria tem baixa escolaridade, são trabalhadores rurais ou da construção civil em cidades maiores; enquanto que as mulheres moram e criam seus filhos, cuidando das tarefas domésticas e da criação de animais. Algumas tem habilidades artesanais, no entanto este trabalho é pouco desenvolvido. O que complementa a renda são os recursos dos programas sociais que recebem do Governo, por serem de baixa renda. (DE ALMEIDA VICTOR, 2016).

Assim, “as tentativas de manutenção das práticas que levam esses grupos a uma condição de subalternidade, promovida muitas vezes pelo estado”, Felipe Filha, Marques, Silva (2018) e também pelos grupos que dominam a política e as terras locais, fez com que parte dessas pessoas desistissem do reconhecimento como remanescentes quilombolas.

Mesmo que exista muitas dificuldades para esta população, devido a exploração que já sofreram e sofrem, devido a presença de grandes fazendeiros que empurraram as pessoas para um ambiente em meio as cercas, podemos perceber que existe resistência nestas lutas, até por que essas pessoas ainda estão de pé, firmes e conscientes do papel que estão exercendo e, que devem exercer para ter seus direitos garantidos, principalmente no que diz respeito a demarcação de suas terras.

Portanto, a luta é contínua, boa parte da comunidade se mantém ativa no processo de luta e resistência, e é esta parte da população que vem contribuindo para as conquistas, no que consta o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, como também as melhorias para as pessoas da comunidade e, principalmente vem lutando para que estas pessoas se afirmem, de fato como quilombolas.

#### **4. ANALISE DAS ENTREVISTAS E DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA EDUCADOR PAULO FREIRE**

O trabalho com as questões étnico raciais deve ser contínuo e duradouro, visto que não adianta dizer que trabalha sobre a história e cultura afro-brasileira apenas em datas comemorativas e afirmar que está fazendo muito, por isso, que esse trabalho analisou e discutiu se, de fato, na Escola Educador Paulo Freire, da Comunidade Quilombola Cruz da menina, localizada em Dona Inês/PB tem uma prática que envolve as questões étnico raciais e se realmente existe um fazer que vai de encontro com a Lei Nº10.639/03..

Contudo, temos que discutir também que a Lei Nº 10.639/03, mesmo sendo uma grande conquista para a nossa sociedade, no que diz respeito a obrigatoriedade do ensino da história e cultural afro-brasileira, a mesma não contempla sobre a educação quilombola, porém este trabalho não vai discutir a



educação quilombola<sup>4</sup>, mas analisar sobre o fazer desta escola, no que diz respeito a educação étnico racial, relacionando a Lei Nº 10.639/03 com o PPP da escola, com as entrevistas e o questionário que envolveram a pesquisa.

Assim, as respostas dos entrevistados/as, principalmente da professora da escola vai ser analisada juntamente com o Projeto Político da Escola (PPP), tendo em vista que, tudo o que é trabalhado nas escolas é guiado por este importante documento, o qual traz uma orientação das práticas educacionais que irão ser abordadas durante o ano letivo.

Com relação a/o entrevistado/a 1, este/a é o/a atual presidente da associação de moradores da Comunidade Quilombola Cruz da Menina, é presidente da coordenação estadual das Comunidades Quilombolas do Estado da Paraíba, como também, é representante das Comunidades Quilombolas do Estado da Paraíba na Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas, que é a CONAQ. Por meio destas funções coordena ações de auxílio não só na comunidade, como a construção de cisternas e a entrega de cestas básicas, como também auxilia em projetos desenvolvidos na escola em parceria com a Universidade Federal da Paraíba – Campus de Bananeiras.

Já o/a entrevistado/a 2, que já foi líder comunitário por um tempo e, teve papel importante, assim como o/a atual líder da associação. Participa dos eventos não só da comunidade, como também executa oficinas com seus trabalhos de cerâmica, que é feito a partir da argila retirada do próprio chão da comunidade, o que traz uma ideia ainda maior de pertencimento destes trabalhos com a história de luta da comunidade.

É necessário salientarmos também o contexto de criação da escola. A “Escola Municipal Educador Paulo Freire foi construída e inaugurada em 1999”, e a “Sua criação foi legitimada através de Decreto Nº 652 de 19 de abril de 2001” (Dona Inês, 2020 p 14-15), tendo a autorização de funcionamento concedida pelo Conselho Municipal de Educação, ofertando desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental I.

---

<sup>4</sup> Quando falamos em Educação Quilombola, estamos o que é próprio da comunidade, como as danças e o que é específico desta comunidade. Com relação as questões étnico raciais, abordamos a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana de uma maneira mais geral, o que determina a Lei Nº 10.639/03.

Além disso, é importante colocarmos que a Escola tem o nome de Paulo Freire, visto que este educador se empenhou “em ensinar aos mais pobres, com seus métodos de inspiração para gerações de professores, especialmente, na América Latina e na África” (Dona Inês, 2020, p. 15).

Com relação a criação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, segundo o mesmo, teve a participação efetiva da comunidade, que é fundamental para termos uma escola democrática e para desenvolver o conhecimento do aluno/a e integrar os diversos setores da comunidade: escola, pais, aluno/as, funcionários.

E esta participação não se restringiu apenas a criação do PPP, mas, estendida durante todo o ano letivo, é o que afirma a professora da escola,

A comunidade e as famílias participam do processo ensino e aprendizagem e colaboram de acordo com suas crenças e costumes que vivenciam, e sobre tudo, pelas articulações promovidas pela instituição, por meio do Conselho Escolar: Reuniões Bimestrais ou extraordinárias e comemorações culturais, e no grupo de WhatsApp. (PROFESSORA DA ESCOLA, 2020).

Assim, a participação da comunidade e da família no processo de construção e desenvolvimento do aprendizado é essencial para o fortalecimento do ensino com os/as alunos/ e, isto também é proposto no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Educador Paulo Freire, quando coloca, “que pais e escola devem formar uma equipe que trabalhe com base na colaboração com o objetivo de melhorar o rendimento escolar do alunado, pois o desenvolvimento humano é a base que deverá unir educadores e famílias” (Dona Inês 2020, p. 20).

Ainda sobre o tema, Polonia, Dessen, explicitam que esta relação é de suma importância para o desenvolvimento do/a aluno/a em todos os sentidos, seja do físico ao intelectual, desta forma, “A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsores ou inibidores do seu crescimento físico, intelectual e social” (Polonia, Dessen 2005, p. 304).

No entanto, segundo as mesmas autoras, estes resultados dependem da atuação da família, ou seja, pode ser positiva quando existe uma atuação efetiva e pode ser negativa quando existe uma atuação fragmentada.

Ainda no tocante a esse ponto, podemos discutir e levantar algumas questões, visto que se a escola de fato trabalhe com as questões afro-brasileiras e africanas, deve também trabalhar com a história da comunidade, além disso é essencial que a família passe estes conhecimentos aos seus filhos para reforçar o trabalho da escola.

Além disso, temos que discutir também se de fato o trabalho que a escola exerce, de inserir o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, está sendo discutido na mesma, e se tem uma prática voltada para o contexto em que está inserida, que é uma história de luta, de resistência e de conquistas.

Em vista disto, questionamos a professora se realmente existe um fazer sobre as questões étnico raciais e, a mesma respondeu que

Nosso trabalho vem sendo realizado a partir da realidade comunitária, respeitando os costumes vivenciados pela comunidade e em seus diversos parâmetros familiares, abordando as necessidades de cada aluno que recebemos em consonância com a Lei nº 10.639/03. E, de acordo com os recursos pedagógicos disponíveis no ambiente escolar. (PROFESSORA DA ESCOLA, 2020).

Desta forma, segundo a professora, o trabalho vai sendo construído a partir da realidade dos/as alunos/as e do contexto em que estão inseridos, relacionando com a Lei Nº 10.639/03, que segundo ela, vai guiando as ações<sup>5</sup> pedagógicas em torno desta prática.

É perceptível na fala da professora, além da abordagem da Lei Nº 10.639/03, que existe um cuidado com a diversidade cultural de cada família, cuidado no que está relacionado aos costumes que cada família tem e, principalmente, o que trazem consigo para a escola.

Essa preocupação não se restringe apenas as famílias, mas também as práticas culturais da comunidade, que a passos lentos está resgatando práticas

---

<sup>5</sup> Com a Professora da Escola aplicamos um questionário, então não conseguimos extrair quais ações são realizadas, de fato, nas suas aulas. Porém, conseguimos identificar nas entrevistas e no Projeto Político Pedagógico a utilização de oficinas sobre a cerâmica, rodas de leituras sobre temas afro-brasileiros.

que um dia já foram comuns na Comunidade Quilombola Cruz da menina, é o caso da cerâmica,

Essa estava sendo esquecida pelas novas gerações apesar da matéria-prima abundante. Pois não havia uma valorização pela própria comunidade dessa habilidade, como também uma capacitação de valorização das peças produzidas no momento, a cerâmica da comunidade produzida pelo Grupo Negrargila, participa de feiras e exposições em todo Brasil. (Dona Inês 2020. p. 10).

A produção de peças de cerâmica é histórica e faz parte da vida da comunidade desde sua formação e, este resgate fica visível na fala de um de nossos entrevistados, quando questionamos se seus trabalhos com a cerâmica vieram naturalmente, o mesmo afirma que

Vem naturalmente, né? Já vem uma tradição, de, de, de, de pai, de avó, bisavó, e aí teve só uma formação num período aí, e aí eu mim dissinhei, digo, foi um pingo de água num, num oceano, né? Então, eu vi que isso aí seria melhor pra min, então eu já tenho no sangue, então continuei, tou até hoje, faz 15 anos, tô no ramo de, desse, de artesanato, é de família já. (Entrevistado/A 1, 2020).

Além da cerâmica, como já salientamos, que faz parte da história da Comunidade quilombola Cruz da Menina, outra atividade está sendo introduzida, é o caso da capoeira<sup>6</sup>, que a partir das ações do CRAS (Centro de Referência à Assistência Social), as pessoas da comunidade vão conhecendo e familiarizando com uma prática que faz parte de toda história de resistência dos pretos até os dias atuais, Dona Inês (2020).

Assim, a capoeira já faz parte da história dos pretos a muitos séculos, e deve ser inserida nas práticas culturais, como forma de resgatar a memória e manter está viva no cotidiano da comunidade. Porém a líder da comunidade, que hoje é presidente da associação da Comunidade Quilombola Cruz da Menina, afirma que as questões culturais ainda estão um pouco adormecidas.

Até por que, é, eu sempre falo, que a nossa, a nossa cultura, ela, ela é uma cultura que tá um pouco adormecida, né? Ela precisa ser mais trabalhada, ela precisa ter mais, um, um olhar, né? Pra

---

<sup>6</sup> Não ficou claro se as aulas de capoeira acontecem dentro do espaço escolar.

nossa cultura, por que? É tanto que nossa comunidade, eu digo, que é uma comunidade diferenciada das demais comunidades, nós não temos aqui um grupo de dança, é, que identifique a comunidade, como afro, nós tínhamos o grupo Oxumaré, que hoje não existe mais, que as meninas tudo casaram, tudo mais. Mas ai, é, criou-se um grupo Oxumaré, um outro menor, mas ai não deu continuidade, temos um grupo de, de, de percussão, a gente ta tentando resgatar os meninos pra começar a bater, é, tocar os instrumentos, as meninas que dançam, é!!! O, maculelê, a gente quer, né? Que eles tomem gosto pela cultura, comecem, né? A este trabalho. A gente não tem, a gente não tem um grupo de, de ciranda, a gente não tem um grupo de, de, de Coco de roda, né? Então, em outras comunidades existe, em nossa comunidade não tem, mas tinha, atrás, mas não foi passado dos nossos antepassados pra nossa juventude hoje, entendeu? Então tem que ser resgatado essa cultura que está adormecida e, ser passada pra os de hoje, né? (ENTREVISTADO/A 2, 2020).

Isso mostra que a comunidade apesar de estar tentando fazer este resgate, muitas vezes algumas práticas não têm continuidade, como foi o caso dos grupos de dança, que tiveram grande destaque, com apresentações dentro e fora do Município, no entanto, tiveram problemas de continuidade.

Contudo, esse resgate não passa só pelas práticas da comunidade, mas também e, principalmente, pelas práticas pedagógicas que a escola pode e deve oferecer. A partir de uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Educador Paulo Freire, é garantida a partir de muitas ações e práticas que aparecem nesse importante documento.

Desta forma, o PPP da Escola em questão traz como objetivo, no ensino das Artes Visuais para os anos iniciais do Fundamental I, “Vivenciar as artes visuais tradicionais de diferentes matrizes culturais por meio da fruição, sendo capaz de identificar, apreciar, valorizar e reconhecer seu valor enquanto patrimônio cultural (material e imaterial)” Dona Inês (2020, p. 48).

Além disto, o documento coloca como fundamental, o ensino das “Artes visuais tradicionais de diferentes matrizes culturais: brasileira e sul americana, indígena, africana, europeia, asiática”. Dona Inês (2020, p. 49).

Então, o documento, no seu corpo se alinha aos preceitos da Lei 10.639/03, quando coloca os estudos das várias culturas, e principalmente, da inserção, neste debate, das culturas africana e indígena.

Podemos discutir, também, que a um alinhamento, no que diz respeito aos objetivos do Projeto Político Pedagógico com a prática da professora da

escola, visto que esta, vai se utilizando deste documento para direcionar suas aulas, no que diz respeito ao ensino de história e cultura afro-brasileira.

Trabalhamos a partir da realidade local, como visitação a comunidade; Contação de histórias vivenciadas pelos mais velhos; Produção de relatos de vivência dos alunos oral e escrito; Confecções de Cartazes, Maquetes e Croquis; Apreciação de histórias paradidáticas infantis ou informativas, vídeos, música, brincadeiras e danças voltadas para o resgate e afirmação da cultura afro garantida por lei. (PROFESSORA DA ESCOLA, 2020).

Além das Artes visuais, podemos citar, a inserção da música nestas práticas pedagógicas com relação a história e cultura afro-brasileira, que também tem destaque no PPP da escola, quando coloca o conteúdo “Manifestações culturais brasileiras, nordestinas, paraibanas e da comunidade local – brincadeiras de cunho dramático de diferentes matrizes (indígena, europeias, africanas)” Dona Inês (2020, p. 53).

Nesse ponto, é de suma importância que a escola traga a história da comunidade, como forma de colocar estes/as alunos/as dentro desses acontecimentos, de maneira que, a partir do teatro, consigam também vivenciar a história de luta e resistência da comunidade da qual fazem parte.

Neste sentido, propiciar aos discentes a aproximação da história da comunidade em que vivem, é resgatar a memória de suas famílias, e principalmente, criar um laço de pertencimento do lugar em que vivem e também fazer com que estes/as alunos/as criem uma identidade com a história e principalmente com a cultura da comunidade, que a passos pequenos está sendo resgatada.

Ainda sobre o tema, questionamos a professora da escola como é trabalhado a história da comunidade em sala de aula, a mesma respondeu que “é trabalhada em diversas metodologias. Uma vez que, atendemos da Educação Infantil ao 5º do Ensino Fundamental I. Então, exploramos A História em Projetos com Roda de Conversas; Teatro; Palestras, etc”. Professora Da Escola, (2020).

E estas metodologias estão dentro do Projeto Político Pedagógico, de forma clara, e compreende a maioria das disciplinas no que cerne o ensino de história e cultura afro-brasileira, como por exemplo, as que já citamos, como a

disciplina de Arte (artes visuais e o teatro), educação física, literatura, geografia e história.

Dessa forma, fica claro, que a escola Educador Paulo Freire tem uma prática consistente no que diz respeito ao ensino de história e cultura afro-brasileira, pelo menos no que conseguimos extrair da fala dos/as entrevistados/as, do questionário aplicado com a professora da escola e da análise do projeto político pedagógico do ano de 2020.

Contudo, algumas dificuldades são apresentadas pelos/as entrevistados/as, principalmente no que tange a resistência de parte da comunidade em se aceitar como remanescente de quilombo, em querer participar das reuniões e dos acontecimentos festivos.

Algo que explica bem isso, é o fato que o quilombo ter sido muito marginalizado por uma parte da população do próprio Município, que apontavam para esta população, pelo fato de serem negros/as e por serem descendentes de uma cultura que se diferencia das outras.

hoje não! Hoje não! Mas antes, assim, antes mesmo de, de, de sermos reconhecidos como quilombolas, né? Nossa comunidade era muito discriminada, éramos muitos discriminados, hoje não! Nossa comunidade é vista diferente, né? Nós temos! Eles têm um olhar diferente, né? E a gente também, isso deve, deve-se muito a nossa postura como, como morador e, como quilombola e, como se aceitar, né? Por que? Vamos dizer, se eu não me aceito como sou, como é que as pessoas vão me aceitar, né? (Entrevistado/A 2, 2020).

No entanto, este fato vem mudando, e isto, passa pelas lutas do reconhecimento desta comunidade como remanescentes de quilombo, algo que aconteceu em 2008, e a partir deste auto reconhecimento, o trabalho e as práticas na comunidade é para a autoafirmação de todos/as os quilombolas.

Além disso, é necessário ter muito cuidado com as práticas, não só da escola, como também dos festejos da comunidade, pois esta é tem muita diversidade, principalmente quando falamos das crenças, até por que existe famílias de credo católico e protestante.

Nossa comunidade Quilombola é composta por Evangélicos e Católicos. Desse modo, alguns se afirmam na cultura afrodescendente, participam das atividades escolares e comunitárias voltadas para cultura e costumes, outros não.

Sendo assim, a escola explora a realidade de cada família na perspectiva de incluir, respeitando as diferenças. (PROFESSORA DA ESCOLA, 2020).

E a afirmação passa por esse processo de respeito e de convívio das diversas culturas, não é retirar uma cultura do pódio e colocar outra, mas sim as vivências das diversas culturas, dos diversos credos, das diversas maneiras de religiosidades, que devem ser respeitadas Gomes (2007).

É o que afirma, Gomes (2007, p. 30), “o grande desafio está em desenvolver uma postura ética de não hierarquizar as diferenças e entender que nenhum grupo humano e social é melhor do que outro”. Ainda no tocante a valorização dos costumes da comunidade, podemos citar Silva (2017, p. 16)

Na realidade, quando a escola trabalha a diversidade torna-se espaço de vivências multiculturais, onde os alunos e alunas se reconhecerão pertencentes às histórias e culturas que lhe são ensinadas, visto serem heranças dos ancestrais negros/as e indígenas. Nesta perspectiva se valorizará não só as histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas, mas, todas que compõe a formação social do povo brasileiro.

Assim, tanto Gomes (2007), quanto Silva (2017) apontam que é necessário ter um cuidado no trabalho das diversidades dentro da escola, visto que a escola é um lugar de multiculturalidades, por isso, o cuidado da professora da escola quando fala que existe a diversidade de crenças na comunidade, por isso, deve-se ter esta atenção, pois uns se assumem da cultura afro e outros não.

Este processo de afirmação das pessoas da comunidade não passa apenas pelo que determina a Lei Nº 10.639/03, mas também pelo querer destas pessoas, pela autoafirmação destas pessoas. E quando questionados/as se esta afirmação e auto reconhecimento passa pela lei, um/a dos/ entrevistados/as afirmou que:

Eu acredito que vai muito pelo querer e pelo o, a, a, a vontade da comunidade, a vontade de quem está à frente, a vontade de quem está, é, de quem, de quem está querendo participar das atividades, né? Por que não adianta ter leis, não adianta ter um projeto, não adianta ter um benefício se eu não quero, então poder ter mil leis, pode ter mil benefícios, mas se eu não quero pra mim, então, então, é, é, é eu acho que é muito querer, é



como um auto reconhecimento, teve uma parte da comunidade que quis, outra não quis, mas aí a partir do querer de, de boa parte foi que a gente conseguiu nosso auto reconhecimento, que a gente conseguiu hoje, tá até hoje. (ENTREVISTADO/A 2, 2020).

Desta forma, não é só necessário a aprovação e determinação de leis, mas também que as pessoas se sintam parte da história e de todo o processo que levou a comunidade a ser reconhecida, é necessário que as pessoas resgatem todo o processo que levou ao reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombo.

Porém, não podemos esquecer que a escola é um ponto importante neste processo, visto que deve trabalhar todo esse processo de luta e de conquistas que esta comunidade já passou e vem passando, ou seja, é um trabalho que exige a participação de todos/as.

E mesmo com tantas dificuldades, o resgate está acontecendo, de forma ainda lenta, mas existe um caminhar, existe uma luta em torno deste auto reconhecimento, em torno da garantia dos direitos, em torno da demarcação de suas terras e do respeito a sua cultura.

Assim, “resistir torna-se a pedra de toque para a afirmação étnica destes indivíduos, resistir as questões de desemprego, à discriminação racial”, é o que discute Silva (2014, p. 25-26), quando aborda sobre a “cultura da resistência”, e os remanescentes fazem parte desta cultura, seja na sua formação como também na sua permanência, sendo um ato de resistência e de continuidades.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho com as questões étnico raciais deve ser um trabalho constante. Trabalhar com as questões étnico raciais, é buscar reviver as memórias, as tradições, os costumes e as histórias de luta e de resistências que cada grupo passou e ainda passam.

Com relação a comunidade na qual estamos trabalhando não é diferente, mesmo a passos lentos e com alguns projetos que não tiveram continuidade, podemos perceber que a história da comunidade é de resistência, é de luta e de conquistas, como já salientamos na fala dos/as entrevistados/as.

Porém, já com relação a escola, podemos afirmar, que o trabalho com as questões étnico raciais existe e são bem organizados, segundo, as informações retiradas do Projeto Político Pedagógico e também das respostas colhidas com a professora da escola.

Segundo as informações colhidas e discutidas no corpo do trabalho as questões étnico raciais estão inseridas nas várias disciplinas, desde a arte, história e geografia.

No entanto, ainda é necessário fazer com que a comunidade se identifique mais com essas práticas, visto que fazem parte da sua história, ou seja, a partir destas práticas trabalhadas na escola, o objetivo, além de passar para os/as alunos/as, é fazer com que a comunidade resgate uma cultura e costumes que já fizeram parte da vida desta e, isto, passa pelo processo de inserir a história da comunidade na escola.

Contudo, ainda é necessário colocarmos que alguns pontos precisam de mais pesquisas, visto não terem ficado claro, um deles é de não termos percebidos nas falas dos/as entrevistados/as e no questionário o fato de não ser mencionado se existe na comunidade o culto as religiões de matriz africana.

Portanto, um novo trabalho se torna importante, visto que por motivações da pandemia, não foi possível entrevistar mais pessoas da comunidade, com intuito de percebermos como eles reagem as determinações da Lei Nº 10.639/03 e da discussão da história da comunidade dentro da escola.

## 6. REFERENCIAS

ALMEIDA, M. P. **Mulher negra e quilombola: Considerações sobre o território e a identidade.** Trabalho apresentado ao programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, cidadania e Políticas Públicas. UFPB.

ARAÚJO, Antonelles Michael Pereira De et al.. **Direito a educação quilombola na comunidade Cruz da Menina – Dona Inês/pb.** Anais II CONIDIH / Edição 2017... Campina Grande: Realize Editora, 2017.

DE ALMEIDA VICTOR, Neusa. **Territórios quilombolas: memórias e identidades no quilombola cruz da menina, no estado da paraíba (1988-2012).** In: XVII Encontro Estadual de História. 2016.

Dona Inês, **Projeto Político Pedagógico.** 2020.

FELIPE FILHA, M. J. ; MARQUES, Amanda C. N. ; SILVA, M. J. . **A questão fundiária no território tradicional quilombola de Cruz da Menina, Dona Inês - PB.** In: XIX Encontro Nacional de Geógrafos - ENG, 2018, João Pessoa. XIX Encontro Nacional de Geógrafos - ENG. João Pessoa: AGB, 2018. v. 1. p. 1-12.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade e Currículo.** Salto para o Futuro (Online), v. 17, p. 30-33, 2007.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Maria Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 4. ed. São Paulo: Revista e Ampliada Atlas, 1992.

MARQUES, Amanda C. N. **Sob à Mira dos Papéis: Cartografando significados no Quilombo Cruz da Menina, Dona Inês - PB.** In: Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, 2017, La Paz - Bolívia. Geografia viva desde el corazón de América Latina. La Paz: EGAL, 2017. v. 1. p. 1-15.

Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

OLIVEIRA, S. N. de; MAROUN, K. ; ALVES, E. C. S. **Educação escolar quilombola: diálogos e interfaces entre experiências locais e a institucionalização de uma nova modalidade de educação no Brasil.** In: 36ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 2013, Goiânia.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família escola.** Psicologia escolar e educacional, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

SILVA, CÍCERO PEDROZA DA. **COCO DE RODA NOVO QUILOMBO: saberes da Cultura Popular e Práticas de Educação popular na comunidade quilombola de Ipiranga no Conde-PB.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Educação- PPGE/CE/UFPB), 2014.

SILVA, Luis Carlos Oliveira. **Práticas Curriculares Sobre a Diversidade Étnico-racial e Multiculturalismo.** Guarabira: UEPB, 2017. 55 p.

SILVA, M. J. ; MARQUES, Amanda C. N. . **Horta Educativa Quilombola: saberes interdisciplinares e produção do conhecimento na escola municipal educador Paulo Freire, Cruz da Menina - Dona Inês/PB.** In: V Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 2018, Recife. V Congresso Nacional de Educação - CONEDU. Recife: UFPE, 2018. p. 1-12.

SILVA, M. J. ; MARQUES, Amanda C. N. . **TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CRUZ DA MENINA, DONA INÊS/PB.** In: XIX Encontro Nacional de Geógrafos, 2018, João Pessoa. XIX Encontro Nacional de Geógrafos, 2018. p. 1-15.